



PREFEITURA MUNICIPAL DE EWANK CÂMARA
CEP 36108-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Publicado por afixação
Dia: 28 / 03 / 2019

Responsável
Maria Regina de Oliveira
Sec. Administração
Ewbank da Câmara – MG

LEI N.º 861/2019

“Institui o Programa Especial de Incentivo à Regularização Fiscal, para Pagamento de Tributos Municipais e Multas Isoladas, inscritos ou não em Dívida Ativa, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ewbank da Câmara, Minas Gerais aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Programa Especial de Incentivo à Regularização Fiscal destina-se a promover a regularização de débitos de natureza tributária e não tributária de pessoas físicas e jurídicas, vencidos até 31 de dezembro de 2018, inscritos ou não em Dívida Ativa e que estejam em fase de cobrança administrativa ou judicial.

Art. 2º. Os débitos referidos no artigo 1º. a serem pagos na forma desta Lei são compostos pelo valor principal, correção monetária, multa e juros devidos até a data da efetiva concessão do benefício pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 3º. A regularização fiscal com os benefícios desta Lei somente será deferida se incluir a integralidade dos débitos vencidos da pessoa física ou jurídica beneficiária.

Parágrafo único. Para fins de apuração e consolidação dos débitos a que se refere o *caput* deste artigo serão excluídas as dívidas prescritas na forma da lei.

Art. 4º. A regularização destes débitos será feita obedecidas as seguintes condições e incentivos especiais de adimplemento:

I – para pagamento em parcela única, será concedida anistia de juros e multa da ordem de 100% (cem por cento), desde que o pagamento seja feito até a data de 31/03/2019;

II – para pagamento parcelado em até 06 (seis) parcelas iguais, mensais e consecutivas, será concedida anistia de juros e multa da ordem de 70% (setenta por cento), com o primeiro pagamento a ser feito em 31/03/2019 e as demais parcelas vincendas sucessivamente nos demais meses subsequentes;

III – Ficam isentas do pagamento de IPTU os Municípes que passaram por desastres ambientais como: enchentes, deslizamentos de terras, entre outros. Devendo a concessão desta benesse ser regulamentada por Lei Específica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EWBank CÂMARA
CEP 36108-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 5º. Os valores a serem recolhidos mensalmente, em decorrência do parcelamento, não poderão implicar em prestação mensal inferior à quantia equivalente a 01 (uma) UFEC – Unidade Fiscal do Município de Ewbank da Câmara.

Art. 6º. As parcelas pagas pelo contribuinte que aderir ao presente Programa amortizarão seus débitos junto à Fazenda Pública Municipal pela ordem cronológica de seus vencimentos, iniciando-se pelos créditos tributários ou não tributários vencidos há mais tempo.

Art. 7º. Para auferir os benefícios desta Lei, o devedor deverá formalizar a sua opção pelo pagamento integral ou parcelamento, bem como formalizar Termo de Confissão de Dívida, nos prazos referido no art. 4º. desta Lei.

§1º. O Requerimento com a opção deve ser formalizado por escrito e assinado pelo contribuinte pessoa física ou pelo responsável pela pessoa jurídica e deve ser dirigido ao Chefe do Poder Executivo, constituindo-se em instrumento de reconhecimento e confissão de dívida.

§2º. Constitui requisito para o deferimento do Requerimento que este esteja acompanhado do comprovante de recolhimento da parcela única em caso de pagamento integral, ou da primeira parcela no caso de pagamento parcelado.

Art. 8º. O Termo de Confissão de Dívida conterà cláusula de seu cancelamento na hipótese de inadimplemento de 02 (duas) parcelas consecutivas ou intercaladas, situação em se dar o vencimento antecipado do saldo devido, ao qual tornarão a ser acrescidos os encargos das multas e juros que foram objeto da concessão de anistia.

Art. 9º. No caso de solicitação de Certidão Negativa de Débito relativa a imóvel ou ao contribuinte beneficiado com o parcelamento deferido, certificar-se-á, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, ressaltando a dívida objeto do acordo de parcelamento.

Parágrafo único. A Certidão de que trata este artigo será emitida com os seguintes dizeres: “Certidão Positiva com efeitos de Negativa” e terá validade pelo prazo de 30 (trinta) dias;

Art. 10º. O pedido de parcelamento implicará em confissão irretratável do débito e renúncia expressa a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como na desistência dos já interpostos.

§1º. Quando se tratar de parcelamento de débitos objeto de processos judiciais, serão mantidas todas as garantias já apresentada em Juízo.